

PERCURSOS METODOLÓGICOS SOBRE HISTÓRIA DA IMPRENSA E GÊNERO NO SÉCULO XIX

METHODOLOGICAL PATHS ON HISTORY OF THE PRESS AND GENDER IN THE 19TH CENTURY

Cristiane de Paula RIBEIRO¹

Resumo: O artigo discute os novos caminhos metodológicos traçados no campo da História da Imprensa devido as contribuições levantadas pelas epistemologias feministas. A partir de uma ampliação de fontes e com o intuito de interpretar a mudança social do período aqui proposto, século XIX, buscamos uma ressignificação sobre o que aqui chamamos de progressão da profissão de jornalista para mulheres no Brasil. Para isso, além de periódicos produzidos por elas, utilizamos documentos comerciais, da instrução pública, da imprensa diária e cartas pessoais. O intuito é o de dar uma densidade analítica sobre a História que queremos contar, identificada a partir de uma desigualdade de gênero estruturada e que requer uma análise mais detida sobre as especificidades sociais que levaram a produção dos jornais e do acesso feminino na imprensa.

Palavras-Chave: História da Imprensa, Gênero, Mulheres Jornalistas.

Abstract: This article explores new methodological paths in the field of Press History, driven by contributions from feminist epistemologies. By expanding the range of sources and focusing on the social changes of the nineteenth century, we aim to reinterpret the progression of the journalism profession for women in Brazil. In addition to journals produced by women, we utilize commercial documents, public instruction records, daily press articles, and personal letters. Our goal is to provide analytical depth to the history we seek to narrate, emphasizing the gender inequality that structured this period and necessitating a detailed analysis of the social specificities that influenced the production of newspapers and women's access to the press.

Keywords: History of the Press, Gender, Women Journalists.

Introdução

As pesquisas sobre imprensa no Brasil avançaram bastante desde os seus primórdios, sejam nas análises dos impressos, jornais ou revistas, enquanto objetos de pesquisa ou como fontes e até mesmo os dois (Luca, 2005). O campo é bastante vasto e tem trazido valiosas contribuições. Todavia, outras discussões fomentadas recentemente relacionam-se a ampliação no uso das fontes para a compreensão do jornal. Nessa perspectiva, documentos literários, judiciais, comerciais, criminais, cartoriais e jurídicos dão outra dimensão a interpretação dos periódicos e de sua circulação, expandindo para além das ideias publicadas¹. Indo um pouco além, é possível afirmarmos também as novas contribuições ao campo fomentadas pelas epistemologias feministas, que revolucionou

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5177-2807>.

de maneira significativa os saberes, trazendo as relações de gênero e as desigualdades estruturadas por ela para o centro das discussões.

A consolidação das epistemologias feministas na História aconteceu tardiamente, e as pesquisadoras responsáveis por esse processo enfrentaram uma série de adversidades, especialmente de seus colegas de profissão. A área só se constituiu efetivamente como um campo de pesquisas na década de 1990 com o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas com características próprias, ainda que em meado de 1970 a categoria “mulher” já aparecesse em algumas produções. Segundo Branca Zilberleib, “ganhar um nome é também ganhar uma especificidade e, mais do que isso, o ato de nomeação foi crucial para que a área ganhasse realidade” (Zilberleib, 2022, p. 132).

Graças a crítica construída por esse campo foi possível questionar status, conceitos, teorias e metodologias concebidas e destinadas unicamente para experiências masculinas, ocidentais e brancas, por muito tempo consideradas como universais pela historiografia. Isso obviamente deixou resquícios nas produções sobre a História da Imprensa. Como os jornais e revistas eram locais de predominância masculina, as recentes pesquisas têm avançado em revisitar muito do que se conhece até então. Segundo Margareth Rago, “os estudos feministas inovam na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a ideia de linha evolutiva inerente aos processos históricos” (Rago, 1998, p. 12), uma forma de propor novas inteligibilidades a antigos saberes.

Deste modo, as bases teóricas do estudo aqui realizado têm raízes no campo intelectual do feminismo. Por conseguinte, suas preocupações são interpretativas e críticas às estruturas que se perpetuaram historicamente dando vantagens ao sexo masculino, em que o patriarcado assume destaque. Em um estudo ímpar desenvolvido ainda na década de 1970, Gerda Lerner (2019) indicou que a subordinação das mulheres aos homens é mais antiga do que a própria civilização. Para a autora, essa história antecede o próprio capitalismo, uma vez que o controle dos corpos femininos esteve na origem de todas as formas de opressão. Ela também apontou que a escravização das mulheres nas sociedades antigas foi um passo fundamental no desenvolvimento e na elaboração das instituições patriarcais, o que remonta há aproximadamente 4000 anos a.C. Por isso, a compreensão da História das Mulheres é tida como um dos primeiros passos para a emancipação, e por isso escrevê-la sobre um viés epistêmico crítico é fundamental.

Ainda hoje, cinco décadas depois, as pesquisadoras feministas encontram muitos desafios teóricos no desenvolvimento de seus trabalhos. Por exemplo, a própria pesquisa

aqui apresentada poderia ser pensada como pertencente unicamente ao campo das epistemologias feministas, sem considerar a tamanha contribuição propiciada para a História da Imprensa. Como se os trabalhos sobre as mulheres fossem uma aba marginalizada para os outros campos da História. As teorias existentes, consolidadas e validadas por nossos colegas homens, muitas vezes não cumprem com o papel crítico de compreender as especificidades colocadas, estando em constante instabilidade analítica para as explicações propostas, uma vez que as especificidades das mulheres não são consideradas. Para Sandra Harding, por exemplo:

O trabalho reprodutivo específico das mulheres, o trabalho feito com a emoção, o trabalho “mediador”, desaparecia, então, no interior do esquema conceitual da teoria marxista, tornando-as invisíveis como classe ou grupo social agente do conhecimento. [...] Essa corrente feminista fundamenta sua epistemologia numa teoria alternativa do trabalho, melhor dizendo, da atividade propriamente humana, e pretende substituir o proletariado pelas mulheres ou as feministas (as opiniões diferem) como agentes potencialmente ideais do conhecimento (Harding, 2019, p. 105).

O desafio colocado por Sandra Harding e outras estudiosas, no qual também nos inserimos, é o de compreender os privilégios de classe atinente a condição das mulheres analisadas, complexificando a visão da teoria marxista e de outras já existentes, e trazendo um olhar para as particularidades da teoria feminista. Nessa acepção, Maria Odila Leite da Silva Dias corrobora com o nosso argumento ao apontar que: “os estudos feministas participam ativamente do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível a necessidade de determinar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres” (Dias, 2019, p. 358). A crítica a totalidades universalizantes tem sido a principal estratégia adotada por pesquisadoras feministas, compreendendo que “o saber teórico implica também um sistema de dominação” (Dias, 2019, p. 359).

O uso do gênero como categoria de análise nos estudos feministas ajuda a analisar as construções sociais que foram impostas aos gêneros masculino e feminino, a partir de um sistema dogmático de crenças tomado como natural e, além disso, profundamente enraizado na cultura, nos valores, nos costumes e nas instituições. Como bem lembrou Joan Scott, “o termo também é utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (Scott, 1995, p. 75), isto é, não podem ser pensados separadamente, mas sempre de forma relacional. As abordagens que esses estudos propiciaram para a História da Imprensa são poderosas no sentido de investigar a gênese do processo de inserção feminina no jornalismo, suas transformações e colaborações para a área. Mesmo

caracterizadas como amadoras ou realizando um trabalho de menor valor, constatamos muitas mulheres atuando como escritoras, jornalistas, redatoras, tipógrafas e até mesmo como repórteres ao redor do mundo no decorrer de todo o século XIX, o que comprova que essa História ainda precisa ser contada, questionada e inserida de fato nos estudos sobre História da Imprensa.

Existe uma copiosa literatura sobre a História da Imprensa no Brasil que tem contribuído para novas descobertas na formação de nossa sociedade (Vianna, 1945; Zicman, 1985; Sodré, 1999; Neves; Morel; Ferreira, 2006; Morel, 2007), que remontam seu início ao século XIX. Nessa ocasião, os intelectuais do IHGB produziram obras analisando a constituição da imprensa no país pós instalação da Imprensa Régia, em 1808. O uso dos jornais enquanto fontes têm sido de grande valia para as pesquisas históricas e, segundo Maria Helena Capelato, o jornal

é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (Capelato, 1988, p. 21).

A infinidade de periódicos publicados ao longo do século XIX no Brasil tem possibilitado uma série de pesquisas sobre aquela sociedade, trazendo aspectos políticos, sociais e econômicos que estruturavam as relações, sobretudo levando em consideração a escravidão e o sistema paternalista arraigado nas tradições, em que a evolução da imprensa seguiu a evolução capitalista, como já apontou Nelson Werneck Sodré (1999). As publicações diárias feitas em jornais possibilitaram a nós, pesquisadores e pesquisadoras, desbravar inúmeras especificidades perdidas em notas sem importância, não sem fazermos apontamentos sob o nosso olhar crítico, claro.

As pesquisadoras feministas, na maioria das vezes, não se interessam unicamente às notícias que apareceram com destaque na primeira página, normalmente as de viés político, mas sim aquelas notinhas de imprensa que passaram despercebidas aos olhos de uma ciência masculina, tanto na época de sua circulação como nas análises historiográficas posteriores. São nesses lugares que encontramos histórias particulares sobre sujeitos invisíveis, como mulheres, negros e indígenas ocupando postos de trabalho invisíveis e precários espalhados pelas cinco regiões do Brasil.

Um anúncio sobre a venda de um escravizado publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em meados de 1860, por exemplo, pode trazer uma série de apontamentos sobre a normalização do racismo em práticas estruturais arraigadas desde longínquos anos no país. Igualmente, uma nota sobre o falecimento de alguma senhora

que atuou nas letras pode ajudar a descortinarmos informações sobre suas relações pessoais, a luta pela igualdade de condições no meio intelectual e as desigualdades raciais vigentes no período. Nesse sentido, para Silvana Mota Barbosa,

interessa-nos a palavra, mas ela não nos diz tudo. As perguntas que fazemos caminham no sentido de entender quem escreve, o que escreve, como escreve e onde. E com quem convive, de quem nos fala. Trata-se de pensar temas da política, mas sempre mantendo os olhos abertos para enxergar as pessoas que a põem em prática. As dobras de um texto são explicitadas na pena que escreve, que, por sua vez, ilumina outras tantas facetas (Barbosa, 2020, p. 9).

Com esse olhar, imbuídas por uma crítica feminista (Scott, 1995; Rago, 1998; Perrot, 2005; Hirata, 2008; Lerner, 2019; Harding, 2019; Vergès, 2020), buscamos demonstrar percursos metodológicos que respondam a questionamentos a partir da combinação com outras fontes vinculadas as informações retiradas do jornal. Assim, uma notinha pode nos levar a um universo desconhecido dentro de processos judiciais, criminais ou até mesmo sobre a organização capitalista em torno da venda de determinado produto. De modo análogo, foi com esse mesmo olhar que nomes de mulheres antepassadas figuraram entre as produções recentes, possibilitando novas formas de pensar o jornalismo pela pena feminina e suas produções ao longo do século XIX.

Com as epistemologias feministas foi possível resgatar os periódicos e as lutas das mulheres por direitos, trazendo uma infinidade de nomes à tona, são eles: Joana Manso de Noronha, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, Amélia Carolina da Silva Couto, Josephina Álvares de Azevedo, Ignez Sabino Pinho Maia, Adelina Lopes Vieira, Júlia Lopes de Almeida, Corina Coaracy e tantas outras (Lobo, 2009; Souto, 2013; 2019; Silva, 2021; Trevisan, 2021; Ribeiro, 2023). Produções sobre suas trajetórias, sobre os periódicos por ela redigidos, as suas obras publicadas, as lutas travadas pela igualdade de gênero e tantas outras existem aos montes, contribuindo para a consolidação de um campo de pesquisa em vigor no país.

Já não é possível afirmações de que a História da Imprensa é constituída apenas por um viés estritamente político e masculino que moldou todo um campo desde o século XIX, quando as produções sobre o tema saíam do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). O campo se transformou e permanece em transformação contínua graças as produções feministas, ainda bem. Ampliando o leque das análises para outras regiões fora do Rio de Janeiro, a mesma constatação se repete e encontramos produções com iguais questionamentos no Norte do país, em que a imprensa foi fundamental para que vozes dissonantes ao discurso escravocrata e paternalista pudessem circular e,

principalmente, dando a devida atenção as especificidades de cada localidade (Pinheiro, 2015; Souza, 2020).

Tendo como fio condutor os jornais, buscamos contar uma História da Imprensa que consiga dar inteligibilidade a produção escrita da folha junto a uma análise mais ampla sobre o processo que envolveu as trabalhadoras por detrás da produção, com particular atenção para a progressão profissional de mulheres. A nossa análise está detida no Rio de Janeiro, e aqui o *Jornal das Senhoras*, o *Bello Sexo*, *O Sexo Feminino*, *O Domingo*, *A Primavera*, *A Voz da Verdade*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o *Echo das Damas* e *A Família* são analisados conjuntamente, dando dinamicidade ao que a historiografia tendeu a isolar. Ao compreendermos essas folhas de maneira conjunta estamos priorizando a compreensão do processo em transformação pelo acesso das mulheres na imprensa, inserindo-as como agentes constituintes da profissionalização jornalística.

Para além dos jornais, as fontes analisadas são variadas e encontram-se majoritariamente espalhadas nos arquivos do Rio de Janeiro. Os jornais são apenas o nó que possibilita a amarração necessária as interpretações propostas. Investigamos um universo muito mais amplo e que pelos rastros longínquos acessou outros lugares. Na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, encontramos as coleções de todos os periódicos aqui analisados. Porém, na medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, tivemos a necessidade de ampliar as buscas para outros lugares. No Arquivo Nacional, encontramos a documentação da Junta Comercial, no Arquivo Geral da Cidade, requerimentos e relatórios da Instrução Pública, e na Fundação Casa Rui Barbosa o arquivo pessoal de uma personagem importante para a profissionalização das mulheres na imprensa – Corina Coaracy.

A investigação perpassou, assim, por séries documentais e arquivos variados, que permitiu encontrar vestígios importantes sobre aquelas que transitaram pelo jornalismo em um período de intensas transformações na profissão. Apenas por esse caminho conseguimos perceber que o lançamento de periódicos dirigidos por mulheres não foi apenas para que suas vozes fossem ouvidas, mas um caminho inicial rumo ao exercício da profissão ao lado de seus colegas homens. Essa perspectiva metodológica permitiu apontarmos as diferenças e similaridades no decorrer das décadas em termos de publicação, mas também as personagens envolvidas, que não ficaram indiferentes aos desafios que o tempo e as transformações tecnológicas impunham.

A História da Imprensa que queremos contar está ancorada nas epistemologias feministas e, conjuntamente, busca no social explicações sobre as personagens que

produziram na imprensa. Interessa-nos uma análise sobre o lugar das mulheres na sociedade em geral, muito além do jornal por elas produzidos, mas os caminhos traçados sobre a reivindicação pelo acesso, seguido pela permanência na imprensa e a igualdade na profissão. A primeira constatação a ser considerada é que inicialmente elas lançaram seus jornais como estratégia de dar eco a suas vozes e, seguidamente, reivindicaram também o espaço hegemônico, ou seja, as folhas produzidas por homens e a ocupação de espaços públicos, como as sociedades anônimas jornalísticas e os escritórios de trabalho.

É importante ressaltar, no entanto, que a análise proposta não pode ser pensada em igualdade com o processo que envolveu a profissionalização masculina, isso porque as condições jamais foram as mesmas. Os caminhos enfrentados pelas mulheres em busca do acesso e da valorização no trabalho jornalístico seguiu caminhos completamente diferentes e fora das instituições constituídas para a validação da categoria, tendo que driblar as inúmeras barreiras de gênero que impactaram qualquer progressão na carreira e que criava outras hierarquias (Perrot, 1987). Muitas, inclusive, exerceram outros ofícios, o qual é possível dar atenção para o magistério, uma das poucas profissões abertas às mulheres no período.

A reivindicação profissional jornalística por parte das mulheres seguia uma manifestação política associada a exclusão histórica delas dos espaços legitimados pelos homens e consolidados mediante a conformação de práticas e normas criadas por eles próprios. Assim, enquanto muitos homens de letras foram muitas outras coisas, como médicos, funcionários públicos, políticos, professores, comerciantes, farmacêuticos, advogados e jornalistas, sem serem questionados por isso, as mulheres foram unicamente mães e esposas; e a justificativa que prevaleceu (e ainda prevalece) no imaginário social existente é que elas não podiam extrapolar esse espaço.

Explicando percursos: a análise de jornais femininos e a progressão profissional da mulher jornalista

A descoberta de que as mulheres ocuparam o jornalismo não é recente. No Brasil, o século XIX é o marco para as discussões sobre as reivindicações feministas em circulação na imprensa, as quais algumas ousaram ao lançarem seus próprios jornais para falar sobre a inferioridade dos sexos. A pena foi a principal arma de luta utilizada em todo o Oitocentos, e com elas muitas publicaram obras e textos jornalísticos que ganharam notoriedade entre os círculos intelectuais do período. Foi no ano de 1852 que inaugurou o primeiro jornal feito por e para mulheres, o *Jornal das Senhoras*. Ele é considerado o

marco para as discussões fomentadas sobre a transformação pelo acesso feminino no jornalismo, isto é, a profissionalização das mulheres nesse espaço.

Ao longo do século XIX o simbolismo da palavra impressa só cresceu. Em meados da década de 1850, período aqui delimitado, ainda que o analfabetismo fosse uma realidade concreta, não podemos desconsiderar o acesso a palavra impressa também pela oralidade. Assim, não há motivo para não compreender os escravizados e as escravizadas também como público de leitores e leitoras da imprensa (Barbosa, 2010), complexificando as informações sobre as mulheres que tiveram acesso aos jornais direcionados a elas. É muito difícil imaginar que meninas de classes populares não imaginassem a realidade narrada por aquelas folhas como um futuro distante que almejavam para as suas vidas.

A análise dos jornais inaugurados por mulheres ao longo do século XIX (*Jornal das Senhoras, Bello Sexo, O Sexo Feminino, Echo das Damas, A Família*), localizados na coleção da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, por Maria Thereza Cayubi Crescenti Bernardes trouxe uma nova perspectiva para os estudos sobre a História da Imprensa. Segundo a autora, as reivindicações colocadas pelas jornalistas orientaram-se em 5 pontos principais, sendo eles: igualdade de direitos entre homens e mulheres, melhores níveis educacionais, reconhecimento de profissões e de certas atividades, reforma da legislação matrimonial e direito de voto e elegibilidade (Bernardes, 1988, p. 134). A partir de uma análise sociológica, a autora organizou um repertório importante sobre as reivindicações colocadas nos impressos inaugurados por mulheres, bem como a consolidação de uma rede feminina com objetivos similares.

Desde então, uma série de pesquisas retornaram aos jornais por ela analisados sobre perspectivas diversas. Elas trouxeram contribuições significativas para as produções sobre a História da Imprensa e as relações de gênero (Muzart, 2003; Buitoni, 2009; Duarte, 2016), que ganharam novos contornos dentro dos departamentos de História, tendo em vista que a historiografia das mulheres e das relações de gênero consolidou-se tardiamente no âmbito acadêmico. As folhas possibilitaram o resgate de escritoras desconhecidas, trazendo uma infinidade de personagens que questionaram o *status quo* que tratava como natural a inferioridade entre os sexos.

As ideias presentes nos jornais possibilitaram levantar informações diversas, seja sobre a trajetória das jornalistas como sobre os objetivos traçados e as redes de sociabilidade construídas ao redor da publicação. Muitas vezes essas folhas foram analisadas isoladamente, focando em informações mais precisas sobre o formato, sua redatora e suas colaboradoras, período de circulação, temas publicados, recepção dos

pares, problemas enfrentados com a impressão, dificuldades para permanência com a circulação, a luta pela educação, pelo acesso as universidades e ao mercado de trabalho. Descobertas e questionamentos possíveis apenas pelo uso dos jornais como fonte de análise, ou seja, nesse caso os jornais escolhidos eram não apenas objeto de pesquisa como também a fonte utilizada para as conclusões propostas. De nossa parte, propomos uma ampliação na análise ao revisitarmos as páginas desses mesmos jornais, ressignificando a História a partir de uma ampliação no uso das fontes. Vamos aos exemplos.

Em 1852, no Rio de Janeiro, Joana Manso de Noronha inaugurava o *Jornal das Senhoras*, um periódico que transgredia toda a ordem hegemônica ao ser produzido por mulheres e direcionado para mulheres. Logo na primeira edição, Manso ironizou o estranhamento que a sociedade teve com a inauguração do jornal, apontando que “ora, pois, uma senhora a testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?” (*Jornal das Senhoras*, ed. 1, 1 jan. 1852). A novidade surgia com o intuito de questionar os lugares que as mulheres estavam aptas para ocupar, propiciando reflexões para o incipiente feminismo que começava a germinar em território brasileiro.

Ao longo das edições do *Jornal das Senhoras*, que circularam entre os anos de 1852 e 1855, é possível constatar reivindicações sobre o acesso feminino à educação, em que a igualdade de condições estava sendo pleiteada. Entretanto, provavelmente com o intuito de chegar até muitas casas de família e de serem aceitas, a redação optou por um projeto editorial mais descontraído e que tivesse como o fio condutor as modas. Aqui queremos evidenciar o quanto isso foi estratégico, já que falar sobre modas e suas implicações era considerado da alçada feminina, constituindo papéis de gênero muito bem delimitados. Foram as mulheres quem teceram comentários sobre fazendas, acessórios, acompanharam as tendências estrangeiras e frequentaram pessoalmente as lojas na rua do Ouvidor. Muitos consideravam isso como “futilidades” inerentes a seus papéis de gênero, junto a temas de culinária e bons modos.

Segundo Marie-Eve Thérénty (2019), foi nos jornais de moda francesa que as mulheres encontraram liberdade para tomar posições mais críticas em suas crônicas, apontando nas sutilezas questões políticas, econômicas e sociais mais amplas. Começou-se a utilizar, por exemplo, a expressão “modista das letras”, numa disposição inicial de inseri-las no universo da escrita como espaço de trabalho. Segundo a francesa, o maior motor econômico do jornal era a coluna de moda — “elle finance généralement entièrement le journal” (Thérénty, 2019, p. 43). Em parte, constatamos o mesmo nas páginas do *Jornal das Senhoras* – a moda ocupou grande espaço nas publicações, sendo

através dela que outros temas se desdobravam. Ao longo dos 4 anos de circulação do *Jornal das Senhoras* alguns nomes de notabilidade nos círculos comerciais da indumentária constaram entre as crônicas, artigos e anúncios publicados, são eles: as modistas Mme. Barat, Mme. Hortence Laccarière e Mme. Josephine Meunier, junto ao armazém dos irmãos Wallerstein.

Com essa constatação foi necessário investigar um outro universo – aquele associado a produção da moda e a circulação capitalista do dinheiro -, que organizava não apenas as hierarquias de gênero, mas também as hierarquias raciais. Além dos infinitos anúncios dos serviços em jornais espalhados pela Corte, existia o local onde esses comércios eram inscritos para poderem funcionar e onde encontramos uma infinidade de trabalhadores e trabalhadoras. Assim fizemos, iniciamos nossas buscas desbravando a documentação da Junta Comercial, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, órgão incumbido pela gerência legal das sociedades firmadas. Lá encontramos empresas sendo criadas ao longo do século analisado, sendo muitas delas voltada para o comércio das modas presente no centro da cidade, especialmente a Rua do Ouvidor e suas imediações. Dada a importância da rua do Ouvidor como o coração comercial do Rio de Janeiro, ali se estabeleceu como a região que mais recebia mercadorias europeias. Por isso, era lá que as mulheres abastadas iam gastar dinheiro e passar o tempo, ocasionando uma grande circulação de dinheiro. Esse era o espaço que as leitoras do *Jornal das Senhoras* iam passar horas de seu precioso tempo de ociosidade.

Na imensidão da documentação encontramos criações de sociedades anônimas com altos investimentos de capitais veiculadas ao respectivo comércio, sejam armazéns ou armarinhos com produtos e acessórios variados como as grandes casas de modistas, sobretudo aquelas criadas por estrangeiras. Esse é o caso da sociedade anônima *Modas em Josephine Lambert e Cia*, criada por Josephine Gaubin Lambert, francesa, e José Gonçalves Lopes Viana, português, já em maio de 1873², duas décadas depois da inauguração do *Jornal das Senhoras*

O comércio, como de costume, foi estabelecido na rua do Ouvidor, n. 136, e reflete esse universo do *bom-tom* constatado pelas páginas do *Jornal das Senhoras*. A produção final da folha era reflexo de um mercado capitalista mais amplo relacionado a circulação de pessoas na Corte. Por isso, as jornalistas responsáveis associaram as reivindicações por mais direitos ao tema que venderia entre seu público de leitoras, o qual definiram como de *bom-tom*, ou seja, aquele de mulheres letradas, de maioria branca e de classe média com poder aquisitivo de compra do que as folhas estavam vendendo.

Na circunstância, cada sócio entrou com metade do capital total, no valor de dezessete contos de réis (17:000\$000. O sucedido com essa modista é interessante porque ela entrou com o mesmo capital que o seu sócio, indicando que não havia uma diferença de investimento entre ambos. Para as mulheres, as dificuldades financeiras eram muito maiores, levando-as a entrar na maioria dos negócios apenas com a mão de obra para o serviço. No estatuto de criação da empresa ficou definido que Josephine Lambert seria a responsável pela oficina de costura e José Gonçalves Lopes Viana pelo caixa, uma divisão que denota que o negociante em questão era quem organizava as finanças e os lucros da empresa, bem como as responsabilidades administrativas e burocráticas. Porém, todas as outras responsabilidades e incumbências eram divididas igualmente, como a retirada dos lucros, as perdas e responsabilizações. Essas mulheres eram negociantes e lidavam diariamente com as intercorrências que os seus trabalhos impunham, o que fica explícito quando analisamos os contratos firmados.

Entre as muitas outras empresas inscritas na Junta do Comércio a mesma constatação se repete – a de que circulava muito dinheiro entre esse círculo das modas. Foram muitos os investidores interessados em criar sociedades anônimas com as modistas que tinham lojas espalhadas pela cidade, dando um outro significado para o tema na imprensa – a venda entre o círculo feminino. Não à toa, as redatoras do *Jornal das Senhoras*, cada qual em seu respectivo momento, Joana Manso, Violante de Bivar e Gervazia Pires, adentraram nesse meio, porém de uma outra maneira: noticiando suas tendências e lucrando com isso.

As jornalistas iam pessoalmente até o centro da cidade e visualizavam em primeira mão o que chegava até as lojas, emitindo suas opiniões nas edições publicadas e influenciando muitas leitoras a comprarem o produto. O *Jornal das Senhoras*, na realidade, era reflexo de uma organização social em que existia um amplo mercado capitalista por detrás dos temas publicados, desde a infinidade de lojas até as empresas criadas por modistas, de grande maioria estrangeiras. Ou seja, em um circuito ao qual se integravam a mais humilde costureira, a ajudante imigrante pobre, a modista recém-chegada ao Rio de Janeiro e a jornalista que escrevia sobre o assunto, a moda constituiu-se como elemento importante para a subsistência e independência de muitas mulheres na segunda metade do século XIX, não deixando de fora o jornalismo.

De modo análogo, a professora Francisca Senhorinha da Mota Diniz inaugurava seu jornal, *O Sexo Feminino*, duas décadas depois, em 1873, na cidade de Campanha em Minas Gerais. Dessa vez, no entanto, as modas não apareceram como cerne das publicações; a atenção dada foi para a pauta educacional. Assim como sucedeu com o

Jornal das Senhoras, n' *O Sexo Feminino* o debate perpassou pelo direito das mulheres, em que a educação era vista pela redatora como o caminho inicial de todas as outras conquistas.

Antes de se tornar jornalista, Francisca Senhorinha acumulava quase duas décadas no exercício da docência, o que contribuiu para que ela identificasse uma série de problemas relacionados a formação insatisfatória de meninas, sobretudo aquelas menos favorecidas, que eram instruídas com um currículo completamente oposto ao dos meninos, dificultando com que alcançassem maiores níveis intelectuais. Em suma, a educação oferecida pelo Estado formava as meninas para serem unicamente boas esposas e mães, e isso era um verdadeiro problema para Francisca Senhorinha, que acreditava na possibilidade de alcançarem muito mais e contribuírem de maneira igualitária para o progresso do país, inclusive no âmbito do trabalho.

Como o magistério era uma das poucas profissões abertas as mulheres, por ser considerado uma função análoga à maternidade, esse ofício foi ocupado por muitas que não tinham outra oportunidade. Diferentemente do jornalismo, o magistério em meados do século XIX já havia se feminizado (Louro, 2004), em que as mulheres compunham a grande massa das mestras que lecionavam espalhadas pelo país, o que explica a rápida desvalorização da profissão. Francisca Senhorinha da Mota Diniz inaugurou seu jornal com o propósito da emancipação feminina, que apareceu associada a suas experiências no âmbito da docência. Devido ao fato de as mulheres não terem sido aceitas em postos profissionais e na burocracia do Estado, como sucedeu com os homens de letras no XIX (Chalhoub, 2003; Marques, 2003; Godoi, 2017), muitas foram impelidas na educação, vendo nesse espaço uma oportunidade de mobilidade social e financeira.

A experiência docente despontava como crucial para jornalistas como Francisca Senhorinha, que reforçaram recorridas vezes a sua profissão com o intuito de legitimar sua posição na imprensa, e vice-versa, já que a experiência jornalística e intelectual também foi utilizada nas petições encaminhadas para a Inspeção Primária e Secundária do Município da Corte. Dessa forma, em 1875, ano que Francisca Senhorinha chegava ao Rio de Janeiro com o seu jornal, *O Sexo Feminino*, ela peticionava por uma vaga no serviço público utilizando as seguintes palavras:

D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz, professora habilitada para ensinar e ter colégio de instrução primária e secundária nesta Corte, ex professora pública das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ex professora da aula prática anexa à Escola Normal da cidade de Campanha (Minas), proprietária e principal redatora do jornal "*O Sexo Feminino*", que ela suplicante, atendendo ao dia [sic]do feliz aniversário de V. Majestade Imperial e batizado do Augusto Príncipe do

Grão-Pará, estremecida esperança do Brasil, vem com o maior recatamento requerer a V.M.I. se digne de na Reforma da instrução primária e secundária do município neutro, que proximamente se aguarda, nomear a suplicante para uma das cadeiras urbanas, sendo desde já provida interinamente em qualquer vaga.

Senhor, não são unicamente as habilitações literárias, que tornam idônea a professora para o melindroso cargo de educar a mocidade vindoura. A suplicante, mercê de Deus, tem essas habilitações preparadas por longos anos de exercício do magistério.³

O trabalho desenvolvido como jornalista, para o qual havia recebido variados elogios dos pares na imprensa, era mobilizado com o intuito de reforçar suas habilidades intelectuais para prosseguir com o exercício na docência, agora em terras cariocas. Provavelmente a estratégia adotada seguiu com o propósito de conseguir um bom posto no serviço público, inserido geograficamente em localidades centrais, que foram as mais concorridas em todo o século, e que ditavam também as hierarquias dentro da categoria de mulheres que exerceram o serviço público.

Ainda que Francisca Senhorinha da Mota Diniz transitasse entre esses dois mundos – a educação e o jornalismo –, junto as funções domésticas em sua residência, era praticamente impossível para a grande massa de mulheres professoras fazer o mesmo. Isso porque encontramos nas fontes que elas pertenciam as mais variadas classes sociais, algumas sem muita formação. A depender da localização das escolas — rural, centro urbano ou subúrbios —, do número de matrículas e da construção em que funcionava o estabelecimento, fica mais explícita essa divisão, sobretudo no quesito remuneração. Segundo Alessandra Schueller e Luiz Gondra,

Sem falar ainda nas diferenças existentes entre estatutos sociais de uma multiplicidade de profissionais que viviam de ensinar em aulas isoladas, cursos preparatórios, escolas e colégios primários e secundários, os quais possuíam condições de trabalho e remuneração heterogêneas e extremamente distintas, conforme a finalidade, a localização e a clientela atendida pelos estabelecimentos de instrução. (Gondra; Schueller, 2008, p. 171)

Francisca Senhorinha não pode ser considerada pobre no contexto analisado, mas estava longe de ser rica. A família toda estava imersa na docência, marido e as 4 filhas, e o trabalho conjunto era crucial para os cumprimentos das necessidades coletivas. As insatisfações colocadas ao longo das páginas de *O Sexo Feminino* refletem o dilema enfrentado por muitas outras professoras – falta de material, currículo insatisfatório, espaços precários, jornadas exaustivas, salários insuficientes, cobrança de moralidade e tutela profissional ao poder masculino, tudo associado a precarização do trabalho, que com a feminização tornava-se cada vez menos valorizado entre os círculos intelectuais.

Existem uma infinidade de petições de professoras na série da Instrução Pública, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), que possibilitam ilustrar o que aqui estamos falando e que se reflete nas páginas redigidas por Francisca Senhorinha ao longo das décadas de 1870, 1880 e 1890, uma vez que ainda que *O Sexo Feminino* tenha tido algumas interrupções, ela buscou sempre reerguer novos negócios, como sucedeu com a *Primavera* (1880), *Voz da Verdade* (1885) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), todos sob o seu comando.

A grande massa de professoras encontradas na documentação vinha de classes inferiores e trabalhava em lugares distantes, até mesmo rurais, com jornadas exaustivas, conteúdos de menor prestígio e baixa remuneração, como agulha, corte e costura. Guilhermina Emília da Rocha, por exemplo, professora primária da Freguesia de São João Batista da Lagoa, suplicava pela autorização para lecionar as aulas devido à sua condição de órfã e de solteira, um status comum a muitas que buscaram no magistério o trabalho como forma de independência financeira (Ribeiro, 2019). Consta em seu requerimento: “a suplicante espera alcançar colocação adequada na carreira a que se dedicou para poder ter por si os meios de manter-se honestamente”⁴.

Os percursos enfrentados pelas professoras para chegarem até as escolas, junto ao acúmulo de aulas, necessário a uma remuneração que fosse suficiente, dificultava com que qualquer mulher comum conseguisse tempo para se dedicarem a suas ambições intelectuais. Isso ocasionava que poucas se destacassem nesse espaço, que já contava com implicações de gênero, mas que deve aqui ser pensado também a partir da classe e da raça (hooks, 2015), sobretudo ao fato de as fontes não apontarem a cor dessas professoras, que pelas condições e lugares apresentados indicam um perfil racializado (Matos, 2014).

Uma outra observação de diferenciação da categoria diz respeito aos questionamentos encontrados sobre remuneração. Delfina Rosa da Silva Vasconcelos, diretora da Escola Pública da Freguesia do Espírito Santo, ao dar cumprimento a um ofício recebido do Estado, em que eram solicitadas algumas informações sobre seu estabelecimento, apontou a “necessidade a condição do professor pelo aumento de rendimentos”, pois considerava insatisfatória a quantidade de trabalho acumulado e as condições do exercício. No mesmo ofício, também exigiu socorro do Estado a meninas indigentes e sem acesso à educação regular, além de reforma das mesas, alargamento do material didático e a “substituição da gramática atual por outra em melhores condições de poder servir ao ensino de meninas”. Como podemos ver, a professora destacou uma infinidade de questões que a educação pública enfrentava na ocasião, o que impactava diretamente o trabalho dessas mulheres. Com tantos embaraços é fácil compreendermos

como a possibilidade de também escreverem e publicarem seus jornais ou até mesmo seus artigos para a imprensa era um privilégio restrito.

A análise da documentação da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, guardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), lança novas questões sobre o jornal *O Sexo Feminino*. A publicação segue os propósitos da sua redatora, que teve a docência como marco em sua vivência pessoal, compartilhando experiências com outras mulheres que também lecionavam e vieram a se tornar colaboradoras do jornal. O trânsito entre a educação e o jornalismo dificultou qualquer progressão na carreira dentro da imprensa para as mulheres. Ao mesmo tempo que tinham que lutar por uma educação em igualdade com os homens, elas ainda tinham um outro degrau a ser alcançado, o de ocuparem o jornalismo e buscarem a valorização pelo ofício, o que era ainda mais difícil.

Dentro desse processo, ao longo da década de 1870, aumentava também as discussões sobre a abolição da escravidão e o movimento republicano, que tinha cada vez mais aparição na imprensa. Foram muitos os jornais que se posicionaram abertamente sobre as questões e, claro, as mulheres jornalistas iniciaram igualmente um processo de modificação nos seus discursos, cada vez mais indicando os caminhos dela para uma valorização do ofício. Se por um lado, as modas foi o motor do *Jornal das Senhoras* e a educação o *d'O Sexo Feminino*, as outras folhas que surgiam, *O Domingo*, o *Echo das Damas* e *A Família*, buscaram ampliar os temas, as abordagens e as relações que estabeleciam nesse meio. Como reflexo das transformações políticas em efervescência, a busca pela neutralidade e o viés informativo despontaram como interesse, ao lado de temas instrutivos e literários.

A defesa da abolição da escravidão por mulheres intelectuais teve como fio condutor as discussões humanistas associadas ao viés religioso. Jamais foi pautado uma igualdade de condições entre as mulheres brancas e as mulheres negras, as últimas deveriam continuar a serviço de uma sociedade paternalista muito bem estruturada. As jornalistas estavam insatisfeitas com o modelo burguês de domesticidade que impedia o desenvolvimento intelectual em igualdade com os homens, não com o sistema escravagista em si. Muitas exploravam a força de trabalho dessas pessoas para serviços variados, especialmente o doméstico, normalizando as práticas de violência e coação cotidianas, já que lidavam com essa rotina desde que o mundo existia, para elas.

Falar sobre a abolição da escravidão era um tema muito polêmico, pois tocava diretamente no direito natural à propriedade. As discussões envoltas estiveram associadas ao bom funcionamento da economia e à permanência da política latifundiária em um

modo de produção capitalista, logo, a proposta de abolição deveria ser gradual. Assim, o tema igualmente foi mobilizado pela pena feminina, porém deve ser ressaltado que a abordagem se deu timidamente, uma vez que as jornalistas ainda estavam pleiteando a valorização profissional dos trabalhos que exerciam, abordando mais sobre o trabalho intelectual e o acesso a postos de trabalho, uma característica comum a esse incipiente feminismo que começava a ganhar raízes. Porém, ao saírem da alçada “feminina” com os temas de modas e educação, as jornalistas indicavam caminhos rumo a uma adequação a imprensa diária e os seus temas, mais voltados para a política e a informação rápida.

Em 1873, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco retornava para imprensa duas décadas após o trabalho com o *Jornal das Senhoras*. A sua nova responsabilidade era muito distinta daquela anterior, em um formato mais simples e menor, e com uma nova proposta editorial. Uma marca comum do *Jornal das Senhoras* foi a publicação das modas, o que veio associado litografias elaboradas com imagens dos figurinos que estavam vindo de Paris e eram vendidos nas lojas na rua do Ouvidor. Se o primeiro possuía de oito a doze páginas, dependendo dos figurinos e partituras presentes na edição, agora esse dispunha de apenas quatro, sem qualquer imagem veiculada nas edições que temos preservadas, e sem dar ênfase no tema das modas. A nova publicação se propunha a falar de outros temas dentro do universo da literatura e em volta das transformações de tecnologias na produção de jornais, em um modelo mais barato.

A relação de troca estabelecida com a imprensa diária por parte de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco era explícita. Em uma das edições, ela agradeceu publicamente a folha *A República* e o seu “digno redator” Quintino Bocaiuva pelos elogios ofertados ao seu nome (O Domingo, ed. 6, 28 dez 1873). É interessante destacar que essas relações iam muito além do cunho literário, e começavam a caminhar também na esfera política, em que novos ideários vinham se delineando. Esse é o caso de *A República* e do seu redator Quintino Bocaiuva, que foi um nome fundamental na propagação de ideias republicanas no país, considerado responsável pelas muitas transformações que o jornalismo passou nas últimas três décadas do século XIX, ocupando postos importantes dentro dos grandes diários que circulavam na ocasião.

Acresce a isso o fato de que Violante Atabalipa fazia questão de deixar seus agradecimentos públicos aos companheiros jornalistas: “corre-nos o dever de dar um público testemunho do mais vivo agradecimento aos nossos colegas da imprensa que, apesar da interrupção que, por força maior, tivemos, continuaram a enviar-nos os jornais que redigem” (O Domingo, ed. 58, 31 jan. 1875). Essas trocas figuram como uma iniciativa de manter diálogo com seus pares, uma vez que ao divulgarem sua folha, ela

almejava uma vida mais longa e com mais assinaturas. Ao não eleger as publicações de modas para esse jornal, gênero que era direcionado unicamente às mulheres, a jornalista clamava pelo desenvolvimento intelectual das faculdades femininas, buscando ser lida em vários espaços, inclusive se colocando como apta a falar sobre temas “masculinos”.

Bem quisera continuar a escrever, porque só quando escrevo a mulher é que reputo verdadeira, a frase que por aí anda nessas publicações de moda – os jornais – que a missão do escritor é sublime. Sublime, e bem sublime é ela, mas é que, infelizmente, esses mesmos que apregoam e a miúdo esta verdade eterna, são os que a olvidam mais vezes (O Domingo, ed. 4, 14 dez. 1873).

Agora essas mulheres buscavam reivindicar uma valorização profissional dentro da categoria, e inclusive questionavam publicamente o desdém masculino para com os seus negócios, uma iniciativa de cunho estritamente político sobre o lugar que ocupavam. Em meados da década de 1870 esse jornalismo buscava ampliar horizontes, tratando de temas presentes no dia a dia de toda a população, como é o caso da inserção em postos de trabalho e na política. Todavia, um ponto importante sobre a década de 1870 diz respeito às colocações sobre a rivalidade feminina nos negócios com os jornais, sobretudo se consideramos que essa década foi aquela que mais pipocou negócios encabeçados por mulheres na imprensa e, ao que tudo indica, não existia um público de leitores e leitoras que conseguisse contemplar todos eles de maneira a dar lucro.

Ao mesmo tempo que *O Sexo Feminino*, o *Echo das Damas* e *A Família* circulavam, as jornalistas responsáveis – Francisca Senhorinha, Amélia Couto e Josephina de Azevedo respectivamente – não mantiveram qualquer relação de solidariedade entre si. Não há indícios nas fontes de que elas chegaram a divulgar os empreendimentos uma das outras e nem a oferta de permuta pelos seus jornais. Isso pode ser pensado pelo viés do modo de produção capitalista instaurado, em que todas disputavam pelo mesmo público com as vendas, logo, era muito difícil que as três conseguissem o mesmo sucesso, por isso cada uma seguiu projetos editoriais bem distintos, ainda que o fio condutor perpassasse pela emancipação feminina. As únicas que informaram a circulação do jornal da colega foi Violante Atabalipa e Francisca Senhorinha, na ocasião que sua folha ainda circulava em Campanha, Minas Gerais, o que talvez não impactasse na concorrência de circulação no Rio de Janeiro.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe consigo muita esperança para as mulheres que reivindicavam seus direitos. As jornalistas acreditavam que enfim suas reivindicações seriam atendidas, tendo em vista as discussões sobre progresso, democracia e cidadania que se colocava mundialmente. Revés, a república foi

o oposto de tudo que se imaginava, e com isso muitas retornaram para os jornais ainda mais aguerridas para questionar o Estado e a sua organização a partir das novas leis instituídas. Foram nas páginas de *A Família*, periódico sob redação de Josephina Álvares de Azevedo, que encontramos maiores questionamentos sobre a participação política das mulheres, dando coro ao movimento sufragista que se iniciava na recém instaurada Capital Federal.

Era necessário conciliar suas reivindicações com parlamentares solidários a causa da emancipação feminina, mas também acompanhar os desdobramentos que o debate vinha alcançando no âmbito legislativo, informando da maneira mais precisa suas leitoras sobre a desigualdade que estavam submetidas. As mulheres podiam gostar de modas, de serem professoras e mães, mas não deviam ter apenas isso como destino de suas vidas, podendo alcançar postos como médica, advogadas, senadoras, deputadas e jornalistas, tendo na profissão a remuneração necessária ao seu sustento e independência. Foi com essa defesa que Josephina Álvares de Azevedo se diferenciou na imprensa, trazendo o debate de direitos vinculado a sua ambição por tornar-se uma jornalista profissional, em que constatamos uma assimilação com o trabalho exercido pelos colegas homens de profissão.

Com um discurso já consolidado sobre a necessidade de ampliação dos direitos políticos para as mulheres, Josephina Álvares de Azevedo e sua colega Ignez Sabino Pinho Maia, decidiram que era hora de adequarem o seu negócio com a transformação jornalística pela qual o país passava, sobretudo a partir da década de 1890. Para dar mais longevidade ao jornal *A Família* e inserir transformações tecnológicas no processo de impressão, associado também as suas ambições feministas pela igualdade no universo de trabalho, ambas optaram pela ampliação do capital, inscrevendo na Junta Comercial a sociedade anônima *Companhia Imprensa Familiar*. As duas foram as únicas que conseguiram ampliar os horizontes dentro da imprensa, buscando com isso uma adequação ao jornalismo diário e uma consolidação na profissionalização que se colocava frente a conformação sobre o “ser jornalista”, que ganhará novos contornos a partir do século seguinte, o XX.

A empresa foi criada e inscrita na Junta Comercial, e uma variedade de sócios acionistas figuraram entre os nomes presentes no estatuto. Nesse processo de transformação da imprensa feminina desde a criação do *Jornal das Senhoras*, em 1852, muita coisa mudou. Josephina Álvares de Azevedo priorizou o debate feminista em seu jornal, mas buscando investidores homens, tanto que nominalmente apenas ela e Ignez Sabino figuram entre as acionistas mulheres dentro de um universo de 34. No meio dos

acionistas encontramos Henrique Chaves, jornalista, um dos fundadores da *Gazeta de Notícias* e secretário da referida sociedade na circunstância, como proprietário de 10 ações, e Júlio Pereira Rebello Braga, detentor de 5 ações, e tesoureiro da mesma companhia de Chaves.

Ambos, principalmente Henrique Chaves, assumiram papéis importantes dentro do jornal *Gazeta de Notícias*, sendo Chaves figura influente no universo jornalístico de finais do século. Os dois eram, respectivamente, o segundo e o terceiro maiores acionistas da *Sociedade Anônima Gazeta de Notícias*, possuindo Chaves 650 ações e Braga 325. Esses dados dão indícios sobre a expectativa de sucesso do empreendimento de Josephina Álvares de Azevedo e Ignez Sabino Pinho Maia por uma parte importante do segmento de jornalismo no mercado de capital. Esse acesso masculino em uma folha com propósitos definidamente feministas provavelmente impactou no direcionamento com os objetivos, que agora seguia um caminho capitalista voltado não apenas para a venda de *A Família*, mas também para materiais de escritório e serviços de impressão, já que a *Companhia Imprensa Familiar* agora dispunha de tipografia própria.

O negócio, ainda que ambicionasse uma vida longa, teve que encerrar as atividades 11 meses após sua criação. Os motivos para isso foram diversos, mas aqui interessa aquele associado aos construtos de gênero nesse mercado de trabalho. A transformação da imprensa não teve o mesmo êxito para as mulheres, que ainda enfrentavam descrenças quanto as suas reais aptidões para gerenciar e produzir um jornalismo “sério”, o que quer dizer masculino e hegemônico. Josephina Álvares de Azevedo, no entanto, não desanimou em sua jornada profissional e continuou com a propriedade particular de *A Família*, que permaneceu em circulação, apesar de suas interrupções, até o ano de 1897, e seu nome constou pela primeira vez como uma jornalista nos anúncios presentes nas páginas do *Almanak Laemmert* (Almanak Laemmert, 1893, p. 268). A experiência com a *Companhia Imprensa Familiar* foi crucial para sua conformação profissional na imprensa, porém não obteve os resultados de sucesso esperados no estatuto de sua criação, que inclusive trazia o propósito de compra de um prédio próprio, ambição que jamais aconteceu.

Por fim, o percurso evolutivo sobre o acesso das mulheres na imprensa no século XIX chega até o ingresso delas como colaboradoras dos grandes jornais. Em meados da década de 1880, ceder espaço para mulheres nas publicações diárias dos periódicos havia virado “modinha”, isso porque elas constavam como grande público de leitoras que acompanhavam as notícias. Assim, as redações cediam espaço para que mulheres ocupassem as páginas diárias não porque eram reais defensores da emancipação, ao

contrário disso, eles lucravam bastante com os seus textos. Ainda há que se ressaltar que os casos encontrados não trouxeram as discussões feministas, e a grande maioria abordou temas e assuntos considerados como da alçada feminina, como as modas, os costumes e as crônicas descontraídas sobre os acontecimentos sociais.

Um caso que ilustra a materialização da mulher jornalista dentro dos grandes jornais é o de Corina Vivaldi de Coaracy, que nas palavras do *The Rio News*, “Mme. Corina Coaracy, of the editorial staff of the Paiz, who we believe is the Only lady in Brazil who has adopted journalism as a profession” (*The Rio News*, ed. 36, 1891).⁵ Qual teria sido o real motivo para a designarem como a única que adotou o jornalismo como profissão? Aqui podemos elencar principalmente as relações estabelecidas por ela no meio intelectual e jornalístico e as suas negociações, que caminharam fora do debate feminista colocado na imprensa.

Para ser contratada como jornalista de uma série de jornais para os quais trabalhou (*Arauto, Folha Nova, The New York Herald, Cidade do Rio, Correio do Povo, O Paiz*), Corina Coaracy iniciou a carreira escrevendo temas considerados da alçada feminina – falava sobre modas e costumes em tom descontraído e leve que perpassasse pela maternidade e pelo casamento. Ao lado de seu pai iniciou a carreira na imprensa aos 15 anos, após a saída do colegial. Desde então teve uma escalada de colaboração na imprensa significativa, chegando a ser contratada como correspondente estrangeira pelo jornal norte-americano *The New York Herald* (Ribeiro, 2023). No entanto, na medida que se consolidava na profissão, igualmente tecia comentários sobre a abolição da escravidão, crítica literária, neutralidade jornalística e os debates políticos colocados.

Jornalistas como Corina Coaracy primeiro necessitaram seguir o caminho comum àquelas que a antecederam na profissão. Elas precisavam se posicionar mais timidamente e escolher temas “frívolos”, para somente depois que ocuparem efetivamente o espaço da imprensa poderem falar mais abertamente e questionar seus colegas sobre o tratamento recebido, remuneração e acesso a direitos fundamentais. Um exemplo se refere a um dissabor enfrentado por Corina Coaracy com um colega de redação no *Correio do Povo*, que a escreveu se desculpando por ter propiciado uma mágoa “tão feminina”. Corina, todavia, em sua resposta, fez questão de se portar profissionalmente e em momento algum trazer a questão do seu gênero para o debate. Nas suas palavras:

Creia que lhe não conservo o menor ressentimento, e se mágoa experimentei não foi pelo fato de haver escrito o que pensa, francamente, rudemente embora, pois que a crítica, por mais apaixonada que seja, não me poderá ofender como escritora. Magoei-me, e profundamente por se haver dado o caso, e em termos tais, entre

colegas de redação, por haver sido o artigo publicado em folha a que eu pertencço.⁶

Ou seja, a crítica era comum ao exercício da função, o que causou estranhamento a jornalista foi o fato de a redação de sua afiliação não a ter informado sobre a publicação. Provavelmente um grupo de homens decidiram conjuntamente, sem sequer consultar uma das principais interessadas, prática comum as relações de gênero estruturadas no meio jornalístico. Desde Joana Manso de Noronha, em 1852, até Corina Coaracy, um grupo de mulheres acessou a imprensa de maneiras variadas, buscando cada qual a legitimação pelos trabalhos prestados. Os jornais criados por elas dão indicativos de um processo muito maior sobre as transformações na profissão. Todas elas, apesar das especificidades, enfrentaram os mesmos problemas e cada qual lidou de uma maneira a partir de suas posições na ocasião. A imprensa diária pode ser vista como uma conquista a ser alcançada por elas, mas não apenas o fim de suas trajetórias, que apresenta particularidades significativas no lançamento de seus próprios jornais.

Em vias de conclusão (?)

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi criada apenas em 7 de abril de 1908 pelo repórter Gustavo de Lacerda. O principal objetivo era assegurar a classe jornalística os seus direitos e um espaço para ação após um longo processo de reestruturação capitalista que impactou profundamente os trabalhadores e as trabalhadoras (Nery, 2021). No Estatuto de fundação da ABI ficava definido que “instituirá a carteira jornalística como título de sócio e atestado de identidade e recomendação. Para efeito da expedição dessas carteiras os associados serão, segundo as suas funções, considerados sobre as 4 seguintes categorias: escritores, jornalistas, repórteres e informantes” (Diário Oficial, 1908). Será que poderíamos concluir nossas indagações a partir desse marco e afirmarmos que a profissionalização na imprensa foi efetivada para as mulheres no século XX?

Na primeira década do século XX a imprensa ganhou novos contornos e a luta das mulheres também. Se por um lado, era necessária uma carteirinha profissional; por outro, o movimento feminista se organizava e ganhava uma característica mais coletiva na luta por seus direitos. As desigualdades sobre o acesso feminino na imprensa se perpetuaram nas primeiras décadas do novo século, mas também é possível constatar uma transformação significativa em comparação ao século anterior – agora as jornalistas transitavam por variados temas e colaboravam nos grandes jornais, enfrentando

obstáculos associados aos temas sob suas incumbências e aos cargos de gerência. As desigualdades estruturadas impactaram muito a vida dessas mulheres, sobretudo aquelas que fossem mães, que tiveram suas capacidades contestadas e chegaram até mesmo a perderem seus empregos por falta de uma dedicação exclusiva a rotina atribulada dentro dos jornais e o trabalho das reportagens pelas ruas.

Os dados recentes indicam para uma feminização do jornalismo, em que as mulheres chegam a serem maioria nos quadros de trabalhadores, porém estão longe de serem tratadas com iguais, o que é resquício das consequências de uma rígida divisão sexual do trabalho que tem raízes muito mais extensas. O pesquisador Thales Vilela Lelo (2019) apontou uma série de vetores de expressão das desigualdades de gênero atuais no jornalismo, dentre os quais vale destacar: 1) predominância de profissionais jovens, solteiras e sem dependentes, 2) segregação vertical, 3) homossocialidade masculina, 4) intimidação, assédio e violência sexual e uma série de outros.

Há, ainda, uma outra constatação a ser considerada, que trata das intersecções raciais necessárias a uma análise que não transpareça homogênea. Para cada mulher jornalista que adentrou na imprensa desde aproximadamente 1850, outra mulher negra foi (e continua sendo) obrigada a se submeter ao trabalho invisível e, em grande parte do século XIX, de forma não remunerada. A ascensão profissional de mulheres carrega consigo hierarquias de classe e raça para ser efetivada (Hirata; Kergoat, 2008), e o trabalho doméstico e do cuidado, essencial para a organização patriarcal, é um dos segredos mais bem guardados e consolidados da sociedade capitalista (DAVIS, 2016). Segundo Gláucia Fraccaro e Soraia Melo,

Atividades prestadas sem custo algum à toda família, e realizadas em nome do amor (que identificamos como prescrições de gênero), quando remuneradas, são mal remuneradas. Muitas vezes, inclusive, quem paga por estes serviços são as mulheres da família. No sentido de não estarem executando sua obrigação, então, a transferência desta obrigação se torna sua responsabilidade (contratar, orientar, pagar). (Fraccaro; Mello, 2021, p. 58)

As mulheres jornalistas, mesmo com a transferência das funções domésticas, enfrentaram descrenças que dificultaram a progressão na carreira. Por muito tempo, a História da Imprensa não atrelou esse dado nas análises feitas, que são cruciais para uma percepção crítica da produção do jornal a partir do campo das epistemologias feministas. Se tivéssemos utilizado apenas da imprensa como fonte talvez os resultados apresentados não fossem os mesmos, isso porque as mulheres necessitaram seguir caminhos distintos dos homens em suas ambições profissionais. O que significa dizer que elas foram

sistematicamente excluídas das empresas jornalísticas, das associações, das instituições literárias e dos espaços deliberativos. Os seus nomes não constam diretamente nas documentações dessas instituições e, quando aparecem, são veiculados como esposas, parentes ou colegas.

A imprensa feminina/feminista (Duarte, 2016) de meados do século XIX, ao ser aqui explorada em suas transformações, reflete um processo amplo que carrega propósitos feministas na busca pela igualdade de gênero dentro da profissão jornalística. Essas mulheres foram muito mais do que jornalistas, elas também eram mães, donas de casa, professoras, dramaturgas, musicistas, e isso tudo associado as dificuldades enfrentadas para seguir com a carreira, questões que não podem ser desconsideradas.

Os jornais foram fontes importantíssimas. Todavia, ao analisarmos eles de modo isolado, somos levados a não perceber os seus lançamentos como reflexo de um fenômeno muito mais amplo. As reivindicações por direitos são compreendidas aqui como o pontapé que levou a publicação dos jornais, que, a partir de então, buscou propósitos profissionais pela igualdade no trabalho com a imprensa. Ao ampliarmos a nossa análise para a documentação comercial, da instrução, dos jornais produzidos pelos pares masculinos e de cartas pessoais, por exemplo, conseguimos compreender mais o meio social que elas estavam inseridas e todos os construtos que explicam os seus objetivos. Essas mulheres questionaram padrões estabelecidos que impediam que ocupassem a carreira de maneira igualitária, mas não deixaram de lado estratégias e métodos para serem aceitas.

Este trabalho pretendeu, então, ser uma pequena contribuição para os novos estudos sobre a História da Imprensa e do Jornalismo no Brasil, mas não apenas. Ele trilhou novos caminhos para que, dentro desse campo em efervescência, a crítica feminista seja efetivamente validada e vista como parte integrante da produção do conhecimento.

Referências

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro. Ano 1893. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 20 jun. de 2022.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Silvana Mota. Da história política a uma história social da política: uma definição. In: *Cruzando fronteiras: histórias no longo século XIX*. (orgs.) BARBOSA, Silvana Mota.; BARATA, Alexandre Mansur.; SÁ, Luiz César. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescennti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. Summus Editorial, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque. Editora Bazar do Tempo, 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO BRASIL. Ano 1908.

DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX: Dicionário ilustrado*. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian; MELLO, Soraia Carolina de. Trabalho doméstico não remunerado e historiografia brasileira: inquietações sobre ausências e invisibilidades. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 14, n. 1, jan.-jul., 2021. Disponível em <https://doi.org/10.22228/rt-f.v14i1.1133> Acesso em 26 jul. de 2023.

GODOI, Rodrigo Camargo. José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875). *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.30, n.62, 2017, p.573-596. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000300004> Acesso em 22 abril de 2023.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Autoria e responsabilidade jurídica na imprensa brasileira do século XIX. *Revista remate dos malês*. Campinas, São Paulo, v. 43, n. 1, 2023. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8671812> Acesso em 12 ago. de 2023.

GONDRA, J. G; SCHUELER, A. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: (org) HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 264-278.

- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608> Acesso em 25 jun. de 2023.
- JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro. Ano 1852. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso 15 maio de 2023.
- LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 27 (2), 2019, p. 1-14. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225> Acesso em 26 jul. de 2023.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Nitehrói, v.9, n.2, 2009, p.47-74. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30904/17992> Acesso 14/06/2023.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARQUES, Wilton José. O poeta e o poder: favores e afrontas. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n.32, 2003, p.33- 49. Disponível <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2203> Acesso 25/07/2023. Acesso em: 14 jun. de 2023.
- MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2007, p. 17-30. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13620/10421> Acesso em 27 jul. de 2023.
- MATOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso Acesso 12 jul. de 2023.
- NERY, Gabriela. Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à Primeira República (1875-1891). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 182, p. 111-138, 2021. Disponível em <https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-485/item/108717-rios-da-rua-do-ouvidor-a-imprensa-e-o-oficio-dos-jornalistas.html> Acesso 10 jan. de 2022.
- NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

O DOMINGO, Rio de Janeiro. Ano 1875. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso 14/04/2023.

PERROT, Michele. Qu'est-ce qu'un métier de femme? *Le Mouvement social*, 1987, n. 140, Métiers de Femmes, pp. 3-8. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/i291719> Acesso em 29 jun. de 2023.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Florianópolis: Edusc, 2005.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Editora EDUA, 2015.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. “A vida caseira é a sepultura dos talentos”: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos. *Dissertação* (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. Mulheres jornalistas e a desigualdade de gênero – século XIX, Rio de Janeiro. *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro, v. 34, dez. 2023, pp. 217-241. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/77622> Acesso em 01 jan. de 2024

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em 25 maio de 2023.

SILVA, Laila Thais Correa e. *Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das “mulheres de letras”: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Mulheres e ideias impressas: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (1852-1855)*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2019.

SOUZA, Natália Lopes. *Uma senhora maranhense que cultivava as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)*. *Dissertação* (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2020.

THERENTY, Marie-Eve. *Femmes de presse, femmes de lettres: de Delphine de Girardin à Florence Aubenas*. Paris: CNRS ÉDITIONS, 2019.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro. Ano 1891. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 25 jul. 2023.

TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida*. São Paulo: Editora Intermeios, 2021.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU Editora, 2020.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

ZILBERLEIB, Branca. *A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

¹ Ver como exemplo a pesquisa de Rodrigo Godoi (2023) sobre responsabilidade jurídica na imprensa e a metodologia empregada por ele na análise das fontes.

² *Modas em Josephine Lambert e Cia*. Número 12644. Junta Comercial. 15 mai. 1873. Arquivo Nacional (ANRJ).

³ Série número 11.3.36 Instrução Pública. Docentes – requerimentos e ofícios (1871-1879). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). *Consulta in loco*.

⁴ Série número 11.3.28 Instrução pública. Ofícios de delegados, professores – ensino particular, mapas das escolas públicas e particulares, folhas de consignação (1871). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACGRJ). *Consulta in loco*.

⁵ Tradução nossa: “Mme. Corina Coaracy, da redação do *Paiz*, que acreditamos ser a Única senhora no Brasil que adotou o jornalismo como profissão”

⁶ Série BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 10 (Carta entre Corina Coaracy e João Ribeiro). Fundação Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro.

Artigo recebido em 16/10/2023

Aceito para publicação em 01/03/2024